

AGARRA
FUTURO
LEGISLATIVAS 2022

COMPROMISSOS ELEITORAIS

DA **JSD**

Legislativas 2022



01

**EDUCAÇÃO,
ENSINO SUPERIOR
E CIÊNCIA**

02

**EMPREGO E
COMPETITIVIDADE**

03

HABITAÇÃO

04

AMBIENTE

05

**SAÚDE
E DESPORTO**

06

CULTURA

07

**SISTEMA POLÍTICO
E TRANSPARÊNCIA**

08

**COESÃO
TERRITORIAL**

01

**EDUCAÇÃO,
ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA**

- Construção de um percurso educativo personalizado no Ensino Secundário
- Universalização do acesso à creche e jardim de infância
- Construir a Escola do Séc. XXI
- Criação de programas de mentoria a partir do 3º Ciclo e no Ensino Secundário
- Reformar a mentalidade One Size Fits All e repensar o ensino profissionalizante, canalizando-o para o emprego especializado de cada região
- Revisão do modelo de contratação de Professores com vista à descentralização do recrutamento
- Reformulação programática do Ensino Recorrente com a aposta nos Project Based Learning
- Construção de residências estudantis
- Revisão da fórmula de financiamento do Ensino Superior tendo em consideração o desempenho das instituições
- Clarificação das missões dos subsistemas Universitário e Politécnico com vista à reorganização da rede de Ensino Superior
- Acesso Automático ao Estatuto de Aluno com NEE aquando do ingresso no Ensino Superior
- Equiparação das Bolsas de Investigação a contrato individual de trabalho a termo
- Estratégia Nacional de Combate ao Abandono Escolar no Ensino Superior

02

**EMPREGO E
COMPETITIVIDADE**

- “PT Digital Nomads” - atração de Nómadas Digitais para Portugal
- “Portugal Gaming Capital” - Transformar Portugal na Capital do Gaming da Europa
- Aumento das deduções para empresas em despesas com R&D e inclusão, na sua definição, dos conceitos de Code Computing, Big Data, VR e AI
- Banco de Fomento orientado para empresas de jovens
- Choque 1º Emprego com Salário Justo
- Acabar com os estágios não remunerados
- “O meu primeiro dinheiro por conta própria”
- Criação do “Balcão Jovem” no IEFP
- Transição gradual dos contratos a termo para o contrato único com um mercado mais flexível
- Incentivos fiscais à transição digital
- Equiparação entre prestações de trabalho independente e as situações de vínculo laboral relativamente a todos os direitos de proteção social

03

HABITAÇÃO

- Reestruturação do programa Porta 65 com a eliminação da Renda Máxima Admitida
- Disponibilização e reabilitação de terrenos e edifícios devolutos do Estado para arrendamento acessível a jovens
- Revisão do Programa do Arrendamento Acessível, com maior flexibilidade de duração de contratos
- Isenção total de impostos na aquisição da 1ª habitação própria permanente para jovens até aos 35 anos
- Realização de um estudo para a aplicação em Portugal do programa “Help to Buy” para jovens à procura da 1ª casa

04 AMBIENTE

- Incentivos fiscais ao consumidor na compra de produtos a granel
- Criação de um esquema de semáforos para auxiliar na escolha de produtos compostáveis e recicláveis
- Investimento em sistemas de recolha e valorização de águas pluviais, otimizando o consumo de água
- Levantamento de zonas propícias ao investimento em energia eólica off-shore
- Aposta na eficiência energética de edifícios públicos e apoios à reconversão de edifícios privados
- Mobilização do setor secundário para a economia circular e limpa
- Criação de um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente
- Acelerar o alargamento dos postos de abastecimento de energia para carros elétricos através de uma maior liberalização do modelo de mobilidade elétrica

05 SAÚDE E DESPORTO

- Implementação de rastreio em várias valências relevantes da saúde infantil e juvenil
- Implementação do cheque-psicólogo e reforço da capacidade local de resposta à saúde mental
- Implementação de rastreios validados para avaliação mental global e de risco de suicídio em contexto escolar
- Disponibilização gratuita de produtos de higiene feminina em escolas e universidades
- Elaboração e execução de um Plano Extraordinário de Recuperação da Atividade Assistencial no SNS
- Reconfiguração do regime de acesso a cuidados de saúde oral no âmbito do Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral
- Mais e Melhor Saúde Digital no SNS
- Reabilitação urbana orientada para a promoção de atividade física
- Políticas fiscais de incentivo à atividade física nos jovens

06 CULTURA

- Estatuto do Artista-Estudante
- Redistribuição das verbas para jovens produtores independentes
- Criação de Fundo para proceder ao restauro e reabilitação de obras cinematográficas de grande relevo para a cultura portuguesa
- Voucher Cultura para jovens
- “Portugal Artist Visa” - Visto para artistas e jornalistas freelancer

07 SISTEMA POLÍTICO E TRANSPARÊNCIA

- Limitação de mandatos para Deputados à Assembleia da República, Vereadores e Membros das Assembleias Municipais
- Círculos uninominais com círculo nacional de compensação
- Implementação do Voto Eletrónico
- “Pegada Legislativa do Governo”
- Regulamentação do Lobbying
- Transparência nos atos do Governo

08 COESÃO TERRITORIAL

- Deslocalização faseada de organismos públicos para territórios de baixa densidade
- Rede de internet de alta velocidade em todo o território nacional
- Plano Estratégico para o investimento no interior do país
- Criação de uma rede nacional de espaços Coworking

AGARRAR O FUTURO!

O recente retrato das novas gerações elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos exemplifica o triste panorama da juventude portuguesa:

- 30% tenciona emigrar;
- quase três em cada quatro jovens (72%) recebem menos de 950€ líquidos por mês;
- metade dos que trabalham têm um contrato instável;
- a falta de recursos económicos é o principal motivo invocado pelos jovens que desistiram de ir para a faculdade;
- a maioria vive em casa dos pais e a juventude portuguesa é das que mais tarde sai de casa dos pais na União Europeia;
- quase um quarto (23%) já esteve medicado com ansiolíticos ou antidepressivos.

Estes indicadores são mais do que suficientes para concluirmos que estamos a falhar coletivamente com as novas gerações do nosso país. Estes indicadores são a razão da JSD continuar o combate para tirar Portugal da “cepa torta”, para contribuir com audácia e arrojo com propostas concretas que reformem o nosso país e nos permitam agarrar o futuro. Não desistimos da ideia de que Portugal pode convergir com as sociedades mais desenvolvidas da Europa e do mundo.

Estão eleições legislativas são o momento para mudarmos de caminho, para substituímos o situacionismo pelo reformismo, para escolhermos o caminho de coragem que permita um futuro diferente às novas gerações. Estes compromissos eleitorais que a JSD considera fundamentais serão o nosso guia de ação na nova legislatura e na futura Assembleia da República.

Este é o contributo político que a Juventude Social Democrata apresenta às novas gerações nestas eleições legislativas, tendo em vista o objetivo de iniciar um caminho reformista que coloque Portugal a progredir e a crescer, um caminho que permita a cada jovem os mesmos padrões de qualidade de vida das sociedades mais desenvolvidas.

Alexandre Poço
Presidente da JSD

EDUCAÇÃO, ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

A Educação é a base do elevador social. Não podemos compactuar com um país no qual o local onde se nasce ou o rendimento mensal do agregado familiar determina e condiciona o futuro e a ambição de um jovem. A JSD bate-se pela igualdade de oportunidades à partida e essa igualdade começa na escola. Todos os jovens devem ter acesso a escolas de qualidade com currículos adequados. A escola tem de ser um garante do funcionamento do elevador social, a começar no pré-escolar e na infância.

A escola deve acompanhar as grandes transformações da sociedade, até porque o crescimento no século XXI será encabeçado pelos países líderes no conhecimento, no talento e na inovação. Por isso, a escola deve “colocar todas as fichas” na qualidade da aprendizagem. Portugal não pode continuar a ter um Ministério da Educação ausente, incapaz de qualquer ação por medo dos sindicatos, que falha na digitalização e modernização das escolas, que não tem respostas para a valorização da profissão de professor e que nada faz perante o cenário de envelhecimento e reforma de uma parte significativa do atual corpo docente.

É frustrante verificar que Portugal tarda em assumir-se como um polo internacional de qualidade no que diz respeito às formações superiores. A ambição da nossa geração deve ser a de um país que tem Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de elevada qualidade académica e científica, capazes de atrair talento para o nosso país e de formar diplomados capazes de competir no atual mundo global.

Estes são os principais compromissos da JSD na área da Educação, Ensino Superior e Ciência:

Construção de um percurso educativo personalizado no Ensino Secundário: A JSD defenderá a possibilidade de todos os alunos do Ensino Secundário escolherem as disciplinas que pretendem estudar e elaborar o seu currículo próprio, entre os vários cursos científico-humanísticos, generalizando a opção que hoje está apenas disponível nas escolas que têm planos de inovação (cerca de 85 em mais de 800 agrupamentos de escolas).

Universalização do acesso à creche e jardim de infância: A JSD defenderá a universalização da creche e jardim de infância, dos 6 meses aos 5 anos, nas redes social, pública e privada, através da criação de uma rede nacional de creches e jardins de infância tendencialmente gratuitos, com protocolos de cooperação e monitorização. Esta é das políticas mais urgentes a serem adotadas em Portugal no contexto do incentivo à natalidade, apoio à infância e à família e de combate às desigualdades.

Construir a Escola do Séc. XXI: A sala de aula é o “laboratório” do amanhã, do qual vão resultar os adultos do futuro. Falar de tecnologia deve ser muito mais do que falar apenas de instrumentos. Abordar a escola do futuro tem de significar formas de potencializar a aprendizagem, a comodidade e melhoria na interação entre conteúdos, professores e alunos. Tem de significar uma abordagem responsável perante a tecnologia, já que a tecnologia, na ausência de orientações específicas, pode diminuir a qualidade da aprendizagem. A JSD defenderá:

- Promover a inclusão de tecnologia como auxiliar do trabalho dos alunos e professor, não os substituindo ou diminuindo a sua exigência;
- Salas de aula com acesso a serviços em cloud para partilha de materiais de trabalho, recursos didáticos e trabalho online;
- Dotar as escolas de meios para possibilitar a oferta de aulas em videoconferência, nomeadamente, para alunos impossibilitados de estar excecionalmente em contexto presencial (p. ex., motivos de saúde, ausência por motivos familiares), garantindo o acesso a todos os alunos aos meios necessários;
- Reformular as componentes de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de forma a que seja incluída na componente programática conteúdos de Programação (p. ex., código) e de Segurança e Privacidade online;
- Promover a partilha de recursos educativos intergrupamentos a nível nacional, para facilitar o acesso a fontes fidedignas de informação que potencializam a aprendizagem e reduzam assimetrias entre regiões;
- Revisão dos currículos académicos para que incluam o ensino de programação desde o 1º ciclo de estudos e introdução à inteligência artificial.

Criação de programas de mentoria a partir do 3º Ciclo e no Ensino Secundário: Os programas de mentoria são um instrumento que promove o crescimento académico e pessoal dos alunos ao longo do percurso educativo, ao mesmo tempo que promove a igualdade de oportunidades e o elevador social. Constatamos que, em muitos casos, durante o seu percurso, os alunos permanecem numa constante indefinição quanto à área que querem escolher ou o rumo a seguir, o que acaba por influenciar negativamente o seu futuro, levando-os a optar por um caminho que não aquele que mais se adequa aos seus interesses. Os testes psicotécnicos e o apoio atualmente concedido nas escolas são ferramentas manifestamente insuficientes para apoiar verdadeiramente o aluno nas suas decisões consoante as suas aptidões, pelo que se torna necessário auxiliá-lo numa altura crucial das suas vidas. Nesse sentido, a JSD defenderá a criação de programas de mentoria para os alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário. No 3º ciclo, estes programas de mentoria podem ser dados com alunos mais velhos do Secundário, e no caso destes, a mentoria deve ser protagonizada por antigos alunos da escola ou por personalidades locais ou regionais que as Escolas e Agrupamentos entendam como uma mais-valia para o crescimento dos seus alunos. Complementarmente, no Ensino Secundário, e através de projeto-piloto, devemos introduzir também, programas de job shadowing, de forma a possibilitar um contacto e conhecimento mais profundo aos estudantes das diferentes profissões e realidades laborais que encontrarão mais tarde quando iniciarem a sua vida profissional.

Reformar a mentalidade One Size Fits All e repensar o ensino profissionalizante, canalizando-o para o emprego especializado de cada região: O País tem a obrigatoriedade de investir fortemente na formação de técnicos qualificados em ambas as áreas. Assim, a produtividade dos sectores aumentaria, facilmente justificando salários mais elevados e contribuições ao Estado gradualmente superiores. O sistema que atualmente vigora impede os alunos do acesso a vias de ensino verdadeiramente alternativas, conduzindo a uma tendência para a uniformização do sistema educativo. Assim, jovens com motivações e maturidades distintas do tradicional percurso académico serão, inevitavelmente, prejudicados. Impera, deste modo, reformar a mentalidade one size fits all e repensar o ensino vocacional, canalizando-o para onde verdadeiramente é necessário. Fosse o investimento Estatal no ensino vocacional/profissionalizante uma realidade perante a realidade de cada região, e teríamos agentes mais motivados e capacitados para contribuir para o crescimento económico do País. Entendemos que, neste âmbito, o reforço da importância do ensino profissional, o qual tem sido descurado, é fundamental para a prossecução deste objetivo. Neste sentido, a JSD defenderá a valorização do Ensino Profissional na oferta educativa, com estreita colaboração com as empresas e as suas necessidades, possibilitando a introdução de um Ano Zero aos alunos que enveredam pelo Ensino Profissional, que lhes permita adquirir as skills de índole técnica para integrar o ensino técnico altamente especializado, à semelhança daquilo que acontece na Áustria.

Revisão do modelo de contratação de Professores com vista à descentralização do recrutamento: Até 2030 mais de metade dos professores irão aposentar-se e a atratividade da profissão tem vindo a diminuir junto das novas gerações. Um estudo recente conclui que para assegurar que não há falta de professores nas escolas em 2030/2031, seria necessário recrutar até lá cerca de 34 mil novos docentes, o que corresponde a 29% da totalidade de docentes de 2018/2019. A JSD defenderá a aposta urgente num modelo de descentralização da decisão de recrutamento de professores (já aplicado noutros países europeus) revendo o atual modelo centralista, cada vez mais ultrapassado. Um modelo reformista, que considere o mérito e as competências dos professores, as necessidades dos projetos educativos, as características de cada município/região e a estabilidade do corpo docente, procurando assim valorizar a carreira de professor e melhorar a aprendizagem das novas gerações.

Reformulação programática do Ensino Recorrente com a aposta nos Project Based Learning:

Em Portugal, o ensino recorrente é uma opção formativa que permite obter uma certificação equivalente à que é obtida nos percursos de regime geral, sendo uma via de acesso à educação para todas as pessoas que não usufruíram ou não completaram a escolaridade na idade própria, destinando-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos e a adultos. O ensino baseado em projetos já existe pontualmente em Portugal e com resultados inspiradores. A título de exemplo, o projeto “Robot Ajuda!”, da Escola Secundária Arco-Íris, em Moscavide e Portela, ficou entre os vencedores do prémio proposto pela Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação 2018 (WSIS Prizes 2018). A aventura educativa de transformar a metodologia de ensino, levando robôs como material pedagógico para dentro da sala de aula, permite despertar nos alunos o interesse em disciplinas como a matemática, a física, a química e a programação, funcionando como catalisador do estudo interdisciplinar. Inúmeros estudos comprovam que o ensino por projetos, com introdução de ferramentas tecnológicas, resulta em maior aquisição de conhecimento bem como maior motivação por parte dos alunos. A JSD defenderá uma reformulação programática do ensino recorrente no 3º ciclo implementando-a com respeito pelas realidades sociais locais, em escolas-piloto, com professores que tenham acesso a programas de formação, preparando-os para um trabalho eficaz e atualizado.

Construção de residências estudantis: A gestão do Governo Socialista no que diz respeito ao alojamento estudantil tem sido desastrosa, com sucessivas promessas, planos reciclados e projetos de boas intenções que tardam em ser concretizados, não dando resposta a um dos maiores entraves financeiros que muitos estudantes e famílias encontram para a prossecução dos estudos superiores. A JSD continuará a defesa firme e intransigente da necessidade de reabilitação de edifícios públicos e da construção de novas residências, tendo como objetivo duplicar o número de alunos em residências estudantis até ao final de 2026.

Revisão da fórmula de financiamento do Ensino Superior tendo em consideração o desempenho das instituições: O subfinanciamento crónico do Ensino Superior não é irreversível, pelo que a JSD defenderá a revisão da fórmula de financiamento de Ensino Superior possibilitando a consagração do desempenho das Instituições de Ensino Superior como fator diferenciador, com critérios específicos de indicadores de eficiência, não tendo, assim, o fator histórico como critério único de financiamento. Por outro lado, devemos permitir e estimular que os antigos alunos (alumni) possam doar pontualmente ou parcelas do seu vencimento à sua instituição de saída ou onde tenham feito parte do seu percurso formativo.

Clarificação das missões dos subsistemas Universitário e Politécnico com vista à reorganização da rede de Ensino Superior: O Ensino Superior português tem um problema estrutural de difícil distinção entre o ensino politécnico e o ensino universitário, sendo que é urgente definir claramente, através da revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a missão do Subsistema Universitário e Subsistema Politécnico, elaborando as listas de oferta formativa para cada um dos dois subsistemas, não obstante verificarem-se cursos que se enquadrem nos dois subsistemas. Com esta clarificação, a rede de Ensino Superior deve garantir a lógica de reforço de complementaridades e não de concorrência entre si, promovendo a qualidade e a capacidade de dar respostas aos reptos do presente e do futuro das novas gerações.

Acesso Automático ao Estatuto de Aluno com NEE aquando do ingresso no Ensino Superior: Devemos garantir que os jovens não perdem os seus direitos ao mudarem de escola ou na transição de ciclos. O mesmo acontece na transição para o Ensino Superior, em que existe falta de informação sobre o contingente especial para candidatos ao superior com deficiência. Neste sentido, a JSD defenderá o acesso automático ao estatuto do Estudante com NEE aquando do ingresso no Ensino Superior por via do contingente das necessidades especiais. É também necessário clarificar os apoios e o acompanhamento especializado aos Estudantes com NEE, adaptar as instalações desportivas universitárias, tornando-as mais inclusivas e garantir o reforço dos Serviços de Apoio com técnicos de apoio especializado, capazes de prestar o apoio necessário aos estudantes com NEE.

EMPREGO E COMPETITIVIDADE

Precisamos de virar a página, precisamos urgentemente **de impulsionar uma economia forte, inovadora, robusta e competitiva**, com um crescimento sustentável, caracterizada por melhores empregos e melhores salários, que vença o atraso crónico de Portugal, capaz de convergir e descolar da cauda da União Europeia. Portugal tem de ser capaz de aproveitar os novos fundos europeus para, finalmente, construir um Portugal de oportunidades para as novas gerações. Na JSD, assumimos sem reservas a necessidade de implementar um choque fiscal que estimule a economia e impulsione os setores mais dinâmicos e emergentes da sociedade portuguesa a aumentarem a sua produtividade. O país tem de ser audaz para conseguir aproveitar a nova onda de negócios digitais, tendo a ambição de liderar a nível internacional nesta área.

A JSD defende uma economia que não estigmatize quem investe e quem arranca com o seu próprio negócio. Uma economia que não seja soterrada por um sufoco fiscal. Uma economia que valorize quem cria riqueza, condição sem a qual não conseguiremos fortalecer o Estado Social e proteger os mais vulneráveis da nossa comunidade: dos mais jovens aos mais velhos.

É tempo de reconhecer o problema estrutural do desemprego jovem e dos jovens que nem estudam nem trabalham e que, em vez de respostas pífiyas que só servem para a propaganda, aposte num programa corajoso e ambicioso de incentivos fiscais e contributivos para as empresas que contratem jovens com condições dignas do ponto de vista contratual e salarial.

Não é admissível a realidade laboral das novas gerações em Portugal, seja pelos hediondos estágios não remunerados que a JSD tanto tem combatido, seja pela precariedade ou dualidade dos vínculos ou pela remuneração com os valores baixos que se conhecem. Uma nova estratégia económica para o país, com novos horizontes, com o foco no aumento do investimento, das exportações e da produtividade do fator trabalho, deve ter como objetivo uma forte valorização dos salários médios para que o nosso destino não seja um país em que a maioria dos trabalhadores recebe o salário mínimo.

Estes são os principais compromissos da JSD na área do Emprego e da Competitividade:

“PT Digital Nomads” - atração de nómadas digitais para Portugal: A JSD defenderá a criação de mecanismos para replicar o projeto “Digital Nomads”, lançado através de uma parceria entre o Governo Regional da Madeira e a Startup Madeira, executado inicialmente na vila da Ponta do Sol, a primeira “Digital Nomad Village” da Europa, em Portugal Continental, colocando o enfoque no interior do país e nos territórios de baixa densidade, sem prejuízo da inclusão dos centros urbanos. Na Região Autónoma da Madeira, o projeto contribuiu para dinamizar a região através da atração e fixação de nómadas digitais de todo o mundo que trabalham remotamente. Em Portugal Continental, nomeadamente para as regiões do interior e de baixa densidade, o projeto dos Nómadas Digitais pode reduzir as assimetrias regionais e revitalizar estes territórios, rejuvenescendo-os, aproveitando também o novo advento do trabalho remoto que constitui uma oportunidade, por um lado, e uma nova realidade, por outro, para as gerações atuais e vindouras. Este programa visa estabelecer um enquadramento regulatório, com vertente fiscal e um sistema de acesso à proteção social específicos para os nómadas digitais, sendo esta última uma recomendação postulada no Livro Verde para o Futuro do Trabalho. Torna-se ainda necessário assegurar a cobertura por redes de banda larga nas zonas rurais e territórios de baixa densidade, incluindo o complemento da malha de fibra ótica, fundamental para levar a cabo esta iniciativa.

“Portugal Gaming Capital” - Transformar Portugal na Capital do Gaming da Europa: A indústria do gaming tem vindo a assumir uma enorme preponderância entre os mais jovens a nível mundial, razão pela qual se consagra como uma das mais valiosas. Um estudo levado a cabo pela Accenture estima que o valor de mercado da indústria dos videojogos se situe em 300 mil milhões de dólares, com cerca de 2,7 mil milhões de gamers em todo o mundo. Em Portugal, estima-se que o gaming atinja um valor de mercado de 250 milhões de euros, verificando-se cada vez mais adeptos entre os mais jovens. Os pergaminhos do nosso país nesta indústria são visíveis pela grande adesão aos eventos internacionais do setor aqui realizados; por uma aposta, ainda que ténue, por parte das Universidades na formação nesta área e, naturalmente, pelo progressivo surgimento de novas empresas de videojogos portuguesas. Por forma a potenciar esta indústria e rentabilizar o potencial demonstrado no nosso país, a JSD defenderá a idealização do programa “Portugal Gaming Capital”, pretendendo, desta feita, transformar Portugal na Capital do Gaming da Europa. O programa deve assentar em três dimensões:

- **Dimensão económica:** com incentivos fiscais à indústria de videojogos, como por exemplo a diminuição da taxa de IVA na aquisição de videojogos, para permitir criação de riqueza e enquanto fonte de emprego, seja pela atração de investimento para Portugal, seja pela criação de emprego de alto valor acrescentado (designers, programadores), assim como toda a comunidade envolvente (jornalistas, comentadores, influencers). Acresce ainda a ligação à Universidade, incrementando o lançamento de cursos/mestrados/pós-graduações relacionados com videojogos (exemplos da UBI, UA, IPCA e IPB);

- **Dimensão cultural e educacional:** percepcionando o videojogo como produto cultural e a sua introdução como ferramenta educativa, numa vertente pedagógica, no sentido de extrair o que de melhor o videojogo pode proporcionar, nomeadamente a lógica e a destreza mental. Neste âmbito, devem incluir-se formações e sessões de prevenção para os riscos da adição aos videojogos, permitindo a sua fruição equilibrada;

- **Dimensão de promoção externa:** através de incentivos fiscais, atribuídos em função de pontos, tendo como referência a promoção/marketing do nosso país: sistema de pontos consoante a promoção do país no produto - por exemplo, x pontos caso faça referência à História de Portugal; y pontos, caso faça referência a uma figura do nosso país; z pontos, caso faça referência a algum monumento ou paisagem natural. Esta dimensão implicará o envolvimento e parcerias com o Ministério da Economia.

Aumento das deduções para empresas em despesas com R&D e inclusão, na sua definição, dos conceitos de Code Computing, Big Data, VR e AI: Uma das grandes carências apontadas às empresas é a falta de investimento em Research & Development (R&D), o que, em muitos casos, não lhes permite alcançar o upgrade almejado e, assim, produzir mais, gerar mais riqueza, emprego e melhores salários. Os encargos fiscais e burocráticos elevados a que os empresários estão sujeitos são barreiras que desincentivam o investimento nesta área fundamental nos tempos que correm, numa era tecnológica em constante evolução e mutação, onde o conhecimento e a inovação são componentes chave para a prosperidade das empresas. Assim, a JSD defende o aumento das deduções para empresas em despesas com R&D e, consciente da influência da tecnologia que impera e, sobretudo, imperará, a inclusão dos conceitos de Code Computing, Big Data, Virtual Reality (VR) e AI (Artificial Intelligence) nessa definição, no âmbito das despesas efetuadas. Entendemos que esta medida contribuirá para tornar as nossas empresas mais competitivas, posicionando-as na linha da frente da inovação e, com isso, aumentar a produtividade, criando mais emprego e com salários atrativos.

Banco de Fomento orientado para empresas de jovens: Em novembro de 2020, por fusão de três instituições (PME Investimentos, IFD e SPGM), nasceu o Banco Português de Fomento. Na sua missão, o Banco visa “apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras, competitivas e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora, o investimento e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.” São objetivos importantes – crescimento, sustentabilidade e estabilidade – que esperamos que ajudem ao desenvolvimento económico e social do país, apoiando projetos e soluções inovadores, reforçando a tesouraria das empresas, aumentando o potencial verde e digital da nossa economia, e ainda, oferecendo às empresas condições competitivas face às da banca comercial. Ora, quando falamos destes objetivos, pensamos em projetos arrojados, diferenciadores, feitos com as melhores práticas internacionais, que gerem emprego de qualidade e com um impacto social positivo. Não sendo exclusivos, estes são – por norma – projetos liderados ou iniciados por jovens. Pensemos em projetos na área digital e no âmbito verde para percebermos como é comum encontrar jovens a liderar e a avançar com ideias inovadoras. Da formulação da missão, dos objetivos do banco, mas acima de tudo, das linhas de apoio e soluções de financiamento que vão ser lançadas inicialmente, não é claro se existirão linhas específicas e soluções de apoio direcionadas para jovens empresários, para jovens empreendedores. Neste sentido, a JSD defende que o Banco do Fomento disponibilize um conjunto de linhas e soluções de financiamento para projetos liderados por jovens.

Choque 1º Emprego com Salário Justo: O momento que atravessamos é particularmente desafiante para quem quer iniciar a sua vida no mundo do trabalho. Para um empregador, a aposta na contratação de alguém que entra no mercado de trabalho implica sempre uma correspondente dedicação de tempo e recursos na formação interna. Reconhecendo que são as empresas quem gera emprego, é importante canalizar os recursos existentes para apoiar as empresas e incentivar, assim, o emprego jovem. A JSD defende a dispensa de pagamento de contribuições para a segurança social (TSU) para a entidade empregadora - diminuindo os custos salariais para as empresas e tornando assim a contratação e celebração de contratos de trabalho com jovens mais atrativa - nos primeiros quatro anos de trabalho para contratos sem termo celebrados com jovens até aos 30 anos, sem a perda dos benefícios sociais associados. Nos casos em que, adicionalmente às condições referidas para a isenção de TSU, as empresas que paguem um salário mensal líquido superior a 1300€ a estes jovens trabalhadores, acresce a possibilidade de considerarem, na determinação do seu lucro tributável, uma majoração de 50% gastos com o pessoal contratado nestas condições durante quatro anos.

Acabar com os estágios não remunerados: A JSD condena veementemente todas as formas de trabalho não remunerado. Uma visão humanista do trabalho e dos trabalhadores exige, por princípio, que todo o trabalho seja remunerado. Naturalmente que a remuneração deve variar em função das habilitações e das tarefas desempenhadas. Contudo, a inexistência de qualquer remuneração é gravemente atentatória dos direitos dos trabalhadores em geral, e dos jovens em particular, a uma justa remuneração do seu trabalho, consubstanciando uma forma de exploração que merece a nossa total discordância. Além disso, é perverso e desleal permitir que as empresas que utilizam trabalhadores não remunerados concorram lado a lado com aquelas que, respeitando a dignidade laboral, não recorrem. A Juventude Social Democrata acompanha as preocupações dos estagiários portugueses que não auferem qualquer remuneração pelo seu trabalho e considera fundamental a adoção de políticas públicas, nomeadamente de foro legislativo, que acabem com este flagelo que assola a juventude portuguesa. Para a JSD, é inadmissível que, ao fim de tantos anos a ouvirmos falar em conquistas em matéria de direitos laborais, os jovens sejam permanentemente esquecidos e continuem a serem submetidos a formas de exploração laboral, pelo que continuaremos a defender o fim dos estágios não remunerados.

“O meu primeiro dinheiro por conta própria”: Os jovens portugueses sofrem de uma claustrofobia financeira permanente, que resulta numa longa travessia do deserto até à independência financeira. Numa altura em que 1 em cada 4 jovens está em situação de desemprego, importa refletir sobre a temática do emprego jovem. A verdade é que a pandemia voltou a dinamitar os números do desemprego jovem em Portugal, impondo, uma vez mais, uma quarentena “obrigatória” para muitos jovens portugueses. Verifica-se, então, uma necessidade clara de encontrar soluções novas e inovadoras para um problema permanente ao longo da última década. A solução passa então por criar uma “política de biscate”. Simplificando, pretende-se que estejam à disposição dos jovens portugueses, mecanismos que permitam a faturação isolada de pequenos serviços de trabalho ocasional ou de curta duração, tais como: “part-time de verão” ou “hobby remunerado”. A lei portuguesa permite já mecanismos de faturação isolada, em moldes ainda muitos restritos e direcionados para a população em geral. A Juventude Social Democrata defende o alargamento das condições para a utilização do mecanismo de faturação isolada para jovens trabalhadores-estudantes até aos 25 anos, com um limite de 12 faturas por ano, com um valor máximo de 5 mil euros, sem retenção na fonte ou inscrição na segurança social. O Estado deve incentivar a emancipação dos jovens portugueses, enquanto salvaguarda os seus direitos e a sua dignidade enquanto trabalhadores. Concretizar esta política ambiciosa é querer também cumprir abril, em todas as suas vicissitudes. Permitir a liberdade de escolha durante um período complexo de vida, em termos financeiros, é permitir que todos os jovens cidadãos portugueses possam optar por encurtar a sua libertação e emancipação financeira.

Criação do “Balcão Jovem” no IEFP: A pensar nos jovens, a Juventude Social Democrata propõe a criação do Balcão Jovem no IEFP, que tem por objetivo centralizar num único espaço, físico e virtual, todos os programas, informações e apoios para as áreas do emprego jovem, auto-emprego, empreendedorismo e formação profissional. Por isso, defendemos que o Balcão Jovem no IEFP deve desenvolver-se nos seguintes eixos de atuação:

I. Disponibilizar um programa, com base no programa canadiano YESS (Youth Employment and Skills Strategy), com vista a facilitar a transição dos jovens da escola/universidade para o mercado de trabalho, ajudando os jovens a desenvolver as capacidades que não são ensinadas no seu percurso académico, mas requeridas pelos empregadores, como por exemplo, técnicas de entrevistas e preparação para o seu primeiro emprego;

II. Auxiliar os jovens na construção do seu currículo. Inspirado no sistema japonês, Job Card System, esta medida permite aproximar desempregados e empresas, e apoiar a construção e o enriquecimento do currículo dos jovens. Em primeiro lugar, a emissão de um Job Card que contém toda a informação académica, experiência profissional e pessoal de cada titular a fim de construir um currículo completo e apto a ser usado no mercado de trabalho. De forma complementar, proporcionando uma oportunidade de estágio vocacionado (subsidiado pelo Estado), numa empresa, com o objetivo de capacitar o jovem com novas competências e experiências profissionais. Após completar o estágio é atribuída uma classificação em função da sua prestação, que virá discriminado no seu Job Card;

III. Centralizar e disponibilizar todos os apoios disponíveis ao nível das políticas públicas no sentido de promover a criação de empresas, o autoemprego e o empreendedorismo jovem;

IV. Criação de um programa de mentoria personalizada, que inclua sessões interativas, como workshops e eventos de networking, com a finalidade de informar, assistir e aconselhar os jovens empreendedores. Esta proposta fez parte de um programa australiano de fomento de Entrepreneurship facilitators.

Equiparação das Bolsas de Investigação a contrato individual de trabalho a termo: Desde o início do século que, em Portugal, se tem registado uma tendência crescente na frequência de Mestrados e Doutoramentos. Em Portugal, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) é a principal entidade sobre a dependência do Governo que subsidia a ciência, concedendo bolsas de doutoramento para investigação. Contudo, o número de bolsas atribuídas por esta instituição não tem acompanhado o ritmo de crescimento do número de alunos. Não obstante o número de bolsas ser insuficiente, acresce a isso que a atribuição das mesmas é feita de forma ineficaz. Segundo a OCDE, o financiamento de bolsas de doutoramento pela FCT não é direcionado nem para as áreas de investigação identificadas como prioritárias nem para as áreas em que há maior necessidade de ter quadros qualificados. De facto, se considerarmos que a ciência é feita, obviamente, por investigadores individuais e pessoas integradas num contexto social, importa olhar a questão do emprego científico do ponto de vista das oportunidades com condições de trabalho adequadas e segurança laboral. Neste sentido, a JSD defenderá que as bolsas de investigação possam ser equiparadas a um contrato individual de trabalho a termo, eventualmente de renovação automática, com obrigatoriedade de contribuições para a Segurança Social e com os mesmos direitos desse regime de contrato (p. ex. direito a férias, subsídio de férias, direito a baixa médica e licenças). Por outro lado, é também importante rever a periodicidade do concurso de bolsas de investigação, de modo a que um projeto de investigação ao qual já tenha sido atribuída uma verba, não esteja sujeito a novo concurso, assim como, impulsionar mais parcerias entre o Estado, via FCT, e empresas voltadas para Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inteligência Artificial, Educação e Saúde, visando a integração dos investigadores doutorados nas suas equipas.

Estratégia nacional de combate ao Abandono Escolar no Ensino Superior: Os indicadores (escassos e insuficientes) sobre o abandono escolar no Ensino Superior, nomeadamente por motivos financeiros, são preocupantes. O Governo não tem sido capaz de disponibilizar, anualmente, informação estruturada sobre este fenómeno e a estatística existente é pobre para se efetuar um levantamento exaustivo das causas do abandono, ou conhecer elementos como as áreas formativas, territórios, instituições e anos de frequência em que o fenómeno mais se verifica. Neste sentido, a JSD defenderá a divulgação obrigatória e anual de informação sobre o abandono escolar e a criação de uma estratégia nacional de combate a este fenómeno que caracteriza a vida de milhares de jovens estudantes.

Transição gradual dos contratos a termo para o contrato único com um mercado mais flexível: O mercado de trabalho continua segmentado entre contratos a termo - com baixo nível de proteção, pouca formação e baixos salários - e contratos sem termo, com melhores condições e maior proteção dos trabalhadores. Não obstante o impacto nos mais jovens, este é um problema transversal a toda a sociedade:

- Entre 2000 e 2017, o número de contratos a termo para trabalhadores com mais de 25 anos subiu 50%;
- Em 2014, 84% de todos os trabalhadores com contratos a termo afirmavam que se encontravam nestas condições laborais porque não conseguiram celebrar contratos sem termo.

A segmentação não é unicamente uma característica do mercado de trabalho português. Entre 1983 e 2014, nenhum país (à exceção da Espanha) conseguiu reverter a tendência de crescimento dos contratos de trabalho a termo entre a população jovem. Apenas 30% dos trabalhadores com contrato de trabalho a termo em 2014 passaram a ter um contrato de trabalho sem termo em Portugal. No resto da Europa a heterogeneidade é considerável. Os crescentes níveis de contratos de trabalho a termo poderiam ser atenuados caso houvesse: i) uma fácil transição para contratos sem termo; ii) uma flexibilização e redução do custo da dispensa destes últimos trabalhadores - principal causa da segmentação do mercado de trabalho. Enquanto o Governo Socialista optou por acentuar a precariedade dos jovens portugueses ao substituir a contratação a termo dos jovens pelo alargamento do período experimental (sem que no seu término haja qualquer compensação), a JSD acredita que o caminho passa por um “contrato único” que, simultaneamente, proteja os jovens e permita às empresas contratar. O caminho rumo ao contrato de trabalho único faz-se com escolhas. Nesse sentido, é necessário escolher a flexibilidade à rigidez, a liberdade ao peso excessivo do Estado. Isto implica, ao mesmo tempo, (i) facilitar o despedimento por parte de empregadores quando o trabalhador não corresponde às expectativas e (ii) facilitar a contratação de novos trabalhadores, aliviando os custos das empresas, ligados à incerteza de terem escolhido a pessoa certa. Criar um mercado mais flexível tem de ser acompanhado por um sistema social que ajude o trabalhador a enfrentar os períodos de mobilidade entre dois empregos, protegendo-o de forma a permitir a sua mobilidade. Acima de tudo, a JSD entende ser necessário rever a lei laboral no sentido de remover conceitos demasiado abrangentes e propícios a interpretações dúbias, que permitem a existência de situações que não são verdadeiramente excecionais ou temporárias. Para que seja possível criar a realidade ideal de um “contrato de trabalho único” é necessário permitir a utilização do contrato de trabalho a termo apenas em cenários realmente excecionais.

Incentivos fiscais à transição digital: A JSD defende a criação de incentivos fiscais à transição digital, aperfeiçoando o atual SIFIDE de forma a contemplar investimentos no âmbito do outsourcing ou licenças de software. Através de um crédito fiscal, estes investimentos seriam abrangidos pelos incentivos previstos no Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial de forma a fomentar o co-desenvolvimento de parcerias entre start-ups e empresas incumbentes.

Equiparação entre prestações de trabalho independente e as situações de vínculo laboral relativamente a todos os direitos de proteção social: O termo “recibo verde” é vulgarmente associado aos trabalhadores independentes e à forma como estes faturam os seus serviços aos seus clientes. Um trabalhador independente deve cumprir alguns requisitos para assegurar essa mesma independência, tais como a ausência de hierarquia formal e a existência de autonomia na realização do trabalho para o qual foi contratado. Assim, um trabalhador independente deve ser uma pessoa que colabora com uma empresa sem que para tal tenha um tradicional contrato de trabalho, pois a sua autonomia profissional implica que o foco da sua relação com o seu cliente seja cumprir objetivos. O “recibo verde” deve ser um contrato de prestação de serviços sem estar vinculado a um horário, local de trabalho ou chefia. O “trabalhador” a recibos verdes não beneficia de qualquer indemnização por cessação da sua relação de serviço, está obrigado ao cumprimento de requisitos específicos para o recebimento de subsídio de desemprego e não beneficia de qualquer direito de aviso prévio para a sua dispensa. Compreende-se, portanto, que a relação “prestador de serviço (materialmente trabalhador) - empregador” (“mascarado de cliente”) se rege numa base muito precária quando falamos em recibos verdes. Também em relação aos trabalhadores independentes, as empresas que beneficiam dos seus serviços não pagam, por exemplo, a Taxa Social Única (TSU) que corresponde a 23,75% do valor do salário bruto, resultando em poupanças enormes por parte das empresas. Podemos, assim, eleger este como o principal motivo para as empresas/entidades empregadores se “mascararem” de clientes (e daí a denominação de “falsos” recibos verdes) e contratarem prestadores de serviços, ao invés de contratarem trabalhadores, quando o que precisam verdadeiramente é de reforçar o seu quadro de pessoal trabalhador. Posto isto, um dos principais problemas do regime laboral português dos nossos dias são os “falsos recibos verdes”, ou seja, trabalhadores que apesar de serem formalmente autónomos e independentes, a realidade demonstra que o seu cliente não é mais do que a sua verdadeira entidade empregadora e que tem com esta todos os deveres como se existisse um contrato de trabalho. No entanto, a inexistência do contrato de trabalho, coloca o trabalhador (“falso independente”) numa situação de menor proteção social face ao trabalhador que têm a sua situação regularizada com a celebração de um contrato de trabalho. Em resultado, estes trabalhadores não constituem um maior encargo para as entidades empregadoras (por exemplo, TSU, formação, seguros de acidentes de trabalho, férias, indemnização por cessação de funções). Propomos, assim, que o Código do Trabalho passe a prever uma equiparação entre prestações de trabalho independente (em dependência económica, como supra explicado) e as situações de vínculo laboral, não apenas no que diz respeito a direitos de personalidade, igualdade e não discriminação, segurança e saúde no trabalho (conforme previsto no Código do Trabalho) ou de alguns direitos sociais (como tem o legislador vindo a tentar equiparar), mas relativamente a todos os direitos de proteção social.

HABITAÇÃO

Conseguir uma casa é um dos temas mais recorrentes nas conversas e nas preocupações da nossa geração. A habitação é um dos pilares mais importantes para a conquista da independência dos jovens.

Conseguir uma casa ou, no limite, um quarto numa casa partilhada é um dos dilemas de vida de cada jovem que inicia a sua vida profissional. O que não faltam são rendas de apartamentos T1 com um valor não muito diferente do salário médio que um jovem consegue ter por mês. Mas este não é um problema apenas dos jovens em começo de vida profissional, é também uma realidade para muitos estudantes que, aos 17/18 anos, entram no Ensino Superior longe da sua casa e família, para prosseguir os estudos e os seus sonhos.

Arrendar ou adquirir uma casa é hoje um dos temas mais importantes da vida das pessoas, e em particular, das novas gerações. Nos últimos anos, o Governo PS tem multiplicado promessas atrás de promessas na área da Habitação. Após vários anos de Governação, os resultados estão à vista: é cada vez mais difícil o acesso à habitação por parte das novas gerações.

Necessitamos construir um mercado de Habitação livre, solidário, baseado em respostas privadas, públicas e sociais, dirigidas de forma equilibrada a toda a população, não esquecendo as famílias de classe média, os jovens, os estudantes, a população sénior e grupos sociais mais desfavorecidos. As políticas de habitação devem também ser capazes de gerar mais oferta, inovar nas respostas com novas ideias que emergem noutros países e em cidades desenvolvidas.

Estes são os principais compromissos da JSD na área de Emprego e da Competitividade:

Reestruturação do programa Porta 65 com a eliminação da Renda Máxima Admitida: Nos últimos anos, o custo da habitação em Portugal aumentou de forma muito mais expressiva que os salários médios. Os atuais preços de arrendamento habitacional, sem correspondência com a realidade existente e incapazes de dar uma resposta às necessidades de mobilidade profissional e estudantil, deixaram sobretudo os mais jovens sem solução. Os benefícios do programa Porta 65, enquanto apoio imediato ao arrendamento jovem são reconhecidos, sendo a intenção do programa meritória. No entanto, os valores fixados como renda máxima admitida (RMA) para a candidatura deixam muitos jovens - elegíveis ao abrigo de todos os outros critérios - sem possibilidade de tentar aceder a este apoio. Os valores de RMA não só agregam tipologias distintas aos pares, como se aplicam transversalmente aos municípios e são, em muitos casos, muito abaixo dos preços médios de mercado, sendo por isso um critério que dificulta a possibilidade de candidatura. Entendemos que o apoio Porta 65 deve incidir sobre o valor de renda compreendido dentro da renda máxima de referência (RMR), mas não excluir os arrendamentos que ultrapassem este valor. Assim, um jovem que encontre um arrendamento a um valor superior ao da RMR, vê o cálculo do apoio financeiro incidir somente no montante regulamentado pela Portaria n.º 277-A/2010, suportando na totalidade o valor de renda excedente, não sendo assim excluído do apoio do Porta 65. Esta é uma proposta que a JSD já apresentou na Assembleia da República e que foi chumbada pelo PS, BE e PCP, mas da qual não desistiremos de lutar.

Disponibilização e reabilitação de terrenos e edifícios devolutos do Estado para arrendamento acessível a jovens: A realidade do mercado imobiliário em Portugal cria enormes entraves à emancipação da nossa geração e também, de forma particular, a todos os estudantes deslocados e famílias em situação de vulnerabilidade. Defendemos que o Estado deve promover de forma ativa a criação de um verdadeiro mercado de arrendamento acessível, disponibilizando terrenos e edifícios públicos para esta finalidade, nomeadamente os seus imóveis devolutos. A concretização desta medida pode passar pela reabilitação e gestão centralizada destes projetos de habitação ou por uma maior descentralização das competências de habitação, por exemplo, através da criação de sociedades conjuntas dos municípios, administração central e privados. A partir de imóveis cedidos pelo Estado central ou municípios, pode ser cofinanciada a reabilitação e reconversão dos mesmos para arrendamento habitacional a famílias, jovens e estudantes, podendo o investimento e a gestão operacional ser realizados de forma isolada pelo Estado ou em conjunto com privados. Em qualquer dos modelos de gestão a adotar, as rendas cobradas aos beneficiários dos arrendamentos seriam necessariamente mais baixas, dado o reduzido investimento inicial em terrenos e infraestrutura, e o Estado e/ou os municípios obteriam receitas do arrendamento, que poderiam reinvestir em novos projetos.

Revisão do Programa do Arrendamento Acessível, com maior flexibilidade de duração de contratos: Aumentar a oferta de habitação para arrendamento com boas condições de habitabilidade, com contratos que garantam a dignidade e previsibilidade dos arrendamentos e preços abaixo do mercado deve ser uma prioridade. Contudo, o Programa do Arrendamento Acessível não tem contribuído de forma significativa (facto reconhecido até pelo Governo que reconhece que o mesmo tem ficado aquém das expectativas) para corrigir os desequilíbrios do mercado, pese embora preveja a isenção de IRS ou IRC das rendas em contrapartida da aplicação de uma renda cerca de 20% inferiores ao preço de referência estabelecido, acompanhada da contratação de vários seguros que visam salvaguardar senhorios e inquilinos. A JSD defende que a duração mínima de contrato para que o arrendamento seja elegível para este programa deve ser revista, passando dos atuais 5 anos para 3 anos (exceto para alojamentos destinados a residência de estudantes do ensino superior, para os quais se deve manter o mínimo de 9 meses) minimizando assim uma barreira que tem limitado significativamente a adesão dos arrendatários e senhorios.

Isenção total de impostos na aquisição da 1ª habitação própria permanente para jovens até aos 35 anos: Quem quer comprar a sua primeira casa depara-se não só com a necessidade de dispor de montantes significativos para suportar, pelo menos, o valor não abrangido pelo crédito bancário (tipicamente 10% a 20% do valor de venda do imóvel) e também pesados impostos (IMT e Imposto de Selo, que podem chegar a quase 9% do valor de venda). Esta necessidade de disponibilidade financeira imediata cria barreiras claras aos jovens que, em início de vida, não dispõem de uma poupança generosa ou de apoio familiar. Neste sentido, a JSD defende o alívio da carga fiscal exigida aos jovens que desejem adquirir a sua primeira habitação, nomeadamente, a isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens até aos 35 anos que adquiram a sua primeira casa para habitação própria permanente. Entendemos que esta isenção fiscal apoia a capacidade de emancipação da nossa geração e também, se for esta a opção, a constituição de família, promovendo melhores condições de acesso à aquisição de habitação e a redução de carga fiscal numa fase crítica do início da vida da nossa geração.

Realização de um estudo para a aplicação em Portugal do programa “Help to Buy” para jovens à procura da 1ª casa: A falta de meios financeiros para a aquisição, nomeadamente no capital inicial necessário (em média 20%, para conseguir um financiamento bancário, tem-se revelado um dos principais motivos pelos quais os jovens não conseguem comprar a sua primeira casa. O modelo inglês “Help to Buy” introduz um apoio financeiro do Estado até 20% (ficando co-proprietário dessa parte até ao seu pagamento), com carência de capital e juros nos primeiros anos, com a exigência de 5% do capital do jovem comprador, facilitando assim a aquisição de casa aos jovens. Ora, a JSD propõe que seja elaborado um estudo por parte do Governo, em parceria com o Banco de Portugal, para a aplicabilidade desta medida em Portugal para jovens à procura da primeira casa.

AMBIENTE

Na multiplicidade de entraves e dificuldades que têm marcado a atualidade, o grande desafio comum a todas as gerações não foi ultrapassado: continuamos com o futuro hipotecado pelas alterações climáticas. Este paradigma começou a mudar com particular exuberância pelo ativismo da nossa geração, pelo trabalho de pessoas em nome individual e pelos movimentos coletivos que daí resultaram. No entanto, quando o ambiente se tornou finalmente a prioridade da agenda política, o foco mundial alterou-se para o combate à Covid-19, uma ameaça imediata para todo o mundo, e para o combate aos desafios económicos que dela resultaram.

A JSD defende que vivemos um momento único para construir um novo equilíbrio entre economia, sociedade e ambiente, que garanta não só justiça climática, mas também um desenvolvimento humano sustentável, em simbiose com o meio natural e a biodiversidade natural, garantindo a transição para uma Economia Verde que garanta não só o nosso futuro, mas o futuro do nosso planeta.

Estes são os principais compromissos da JSD na área do Ambiente:

Incentivos fiscais ao consumidor na compra de produtos a granel: A JSD defende a revogação de legislação que impeça a comercialização de produtos a granel (por exemplo, arroz), em harmonia com aquilo que tem sido feito no resto da Europa, nomeadamente Alemanha, Inglaterra, Itália e França, onde não existe tal proibição. Pelo contrário, defendemos incentivos fiscais (ex. devolução de uma parte do valor do IVA) no consumo de produtos a granel e sem embalagens, como medida de combate ao efeito nocivo do plástico. Estes incentivos devem beneficiar o consumidor final e contribuir para alterar também a mentalidade dos retalhistas através da pressão dos consumidores para a disponibilização destas soluções, tudo sem impor maior carga fiscal sobre os intervenientes.

Criação de um esquema de semáforos para auxiliar na escolha de produtos compostáveis e recicláveis: A JSD defenderá que, a nível europeu, seja criado um sistema de cores que identifique de forma clara para o consumidor se a embalagem que está a comprar é compostável em ambiente caseiro (castanho), compostável em ambiente industrial (cinzento), reciclável (branco), de difícil reciclagem (cor de laranja) ou impossível de reciclar (encarnado), bem como, se for esse o caso, a indicação claramente visível do tipo de plástico que compõe a embalagem.

Investimento em sistemas de recolha e valorização de águas pluviais, otimizando o consumo

de água: Segundo a ONU, em 2030, a procura de água excederá em 40% a quantidade de água disponível no mundo, sendo que o relatório de 2019 do Instituto Mundial de Recursos coloca Portugal em risco elevado de escassez de água, com a situação de seca a ser um fator de grande preocupação. Efetivamente, já se observam em Portugal períodos de seca prolongados em zonas como o Alentejo ou o Algarve, com impactos dramáticos nas culturas e no bem-estar das populações. A JSD defende o investimento em sistemas de recolha e valorização de águas pluviais, a ser instalados em edifícios e jardins públicos, desde que tecnicamente viável, permitindo utilizar de forma racional um recurso que, hoje em dia, é desperdiçado na maioria das cidades, enquanto se torna cada vez mais escasso em muitas zonas, em particular, do interior do nosso país.

Levantamento de zonas propícias ao investimento em energia eólica off-shore:

Esta é uma fonte de energia limpa e renovável que aproveita a força do vento que sopra em alto-mar, tendo já sido testada, com sucesso, ao largo da costa portuguesa. Além de inesgotáveis e não poluentes, os recursos eólicos marítimos são superiores em relação ao existente em terra (até ao dobro em relação a um parque onshore médio), devendo ser ponderada a sua instalação em zonas onde não existam reservas ecológicas, rotas de tráfego marinho, instalações estratégicas navais ou zonas de pesca habitual. Estando Portugal dotado de uma das maiores áreas económicas exclusivas de mar, a JSD considera que este é um caminho de futuro para a autossuficiência energética, para o desenvolvimento sustentável e a redução de emissões, contribuindo de forma crítica para a diminuição do uso de fontes de energia fósseis.

Aposta na eficiência energética de edifícios públicos e apoios à reconversão de edifícios

privados: Os edifícios são responsáveis por cerca de 18% das emissões mundiais, produzindo anualmente cerca de 9 biliões de toneladas de dióxido de carbono. Segundo as Nações Unidas, se nada for feito, a pegada ecológica produzida pelos edifícios poderá duplicar até 2050. Os edifícios verdes (Green Buildings) primam pela utilização inteligente e eficiente dos recursos naturais a que estão expostos, nomeadamente, energia solar passiva, ativa e fotovoltaica, dos sistemas de acumulação e redução de desperdício de água, bem como de materiais mais eficazes do que edifícios tradicionais. A JSD defende, por isso, o investimento público na reconversão dos seus edifícios, bem como incentivos à reconversão de edifícios privados, nomeadamente de habitação, o que permitirá poupanças, económicas e ambientais, a longo prazo, através da redução do custo energético, do custo da água, com a diminuição dos desperdícios, com o menor custo de manutenção e a menor pegada ecológica, estes edifícios revelam-se mais-valias económicas e ambientais.

Mobilização do setor secundário para a economia circular e limpa: A JSD entende que a adoção de uma estratégia de transformação nacional da indústria portuguesa para a produção de bens de origem sustentável utilizando tecnologias de baixo nível de emissões garante um potencial de renovação do setor económico nacional tremendo. A criação do plano estratégico de transformação e a implementação das medidas sugeridas pela Comissão Europeia irão garantir o acesso a linhas de financiamento específicas que impulsionam a economia e fortalecerão o perfil exportador necessário ao equilíbrio da balança comercial. A JSD defende uma verdadeira aposta na expansão da venda de bens alimentares a granel. Ainda assim, é inevitável que continue a existir necessidade de embalagem de alguns bens alimentares e não alimentares, por motivos de segurança alimentar ou impossibilidade de transporte em segurança. Defendemos assim como investimento estratégico a aposta na investigação em materiais multiusos de embalagem e conservação de bens alimentares e não alimentares, como meio para acelerar a eliminação de plástico da cadeia de distribuição em Portugal, produzindo bens exportáveis e de futuro. Tendo em conta que apenas 12% das matérias utilizadas na indústria europeia advém da reciclagem, a transformação económica deve passar não só pela promoção da descarbonização em setores como a siderurgia, indústria química e cimenteiras, mas também criar condições para a criação de novos modelos económicos que promovam a utilização de materiais sustentáveis, o desenvolvimento da capacidade de reciclagem, a utilização de resíduos como produtos comercializáveis e a criação de verdadeiros mecanismos de promoção da economia circular.

Criação de um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente: As propostas da Comissão relativas à política agrícola comum para o período 2021-2027 estipulam que, pelo menos, 40 % do orçamento global da PAC e, pelo menos, 30% do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas deverão contribuir para a ação climática. Nesse sentido, a JSD entende fundamental a integração de políticas de produção sustentável variadas no Plano Estratégico Nacional para a Agricultura e na estratégia nacional de utilização dos recursos marítimos. Com o intuito de promover a diversificação da produção sustentável e a mobilização da investigação e desenvolvimento da inovação, defendemos a criação de linhas de apoio à produção sustentável alternativa, por exemplo através de hidroponia e aquaponia. Portugal pode ser um dos países impulsionadores destas técnicas na Europa, permitindo assim a atração de investimento em projetos sustentáveis e a criação de emprego por via da inovação e investigação. É igualmente fundamental integrar políticas de combate ao desperdício alimentar que promovam a criação de um modelo económico de aproveitamento deste desperdício para diferentes utilizações. As políticas de combate ao desperdício alimentar, não só promovem a criação de novos modelos de negócio como incentivam à criação de um sistema alimentar justo e socialmente responsável.

Acelerar o alargamento dos postos de abastecimento de energia para carros elétricos através de uma maior liberalização do modelo de mobilidade elétrica: O crescimento de 168% na aquisição de veículos 100% elétricos e de 93% na aquisição de veículos híbridos plug-in de 2020 para 2021 expõe a necessidade de aumentar a oferta de postos de abastecimento de energia para carros elétricos. No entanto, o atual modelo de mercado de mobilidade elétrica apresenta várias restrições à atividade dos Operadores de Pontos de Carregamento (OPC) e dos Comercializadores de eletricidade para a Mobilidade Elétrica (CMEE), provocando atrasos ao investimento em postos de abastecimento de energias para carros elétricos em regime de livre concorrência. Nesse sentido, a JSD propõe a simplificação de modelos de pagamento para abastecimento, a introdução de um sistema misto de redes de mobilidade elétrica e mitigação do risco do investimento através de uma maior liberalização do mercado assente na iniciativa de criação de infraestruturas com base na avaliação da oferta e da procura por parte do setor privado. Concretamente, a JSD propõe a legislação de formas de pagamento ad-hoc no acesso aos postos de carregamento, onde se incluem a possibilidade de pagamentos com Multibanco e as mais variadas formas de pagamentos de baixo valor. De igual modo, propõem-se também, a adaptação da rede nacional de mobilidade elétrica (mono-rede de mobilidade elétrica) para um sistema misto de multi-rede através da interligação de acordos roaming que visem criar um ambiente que incentive o investimento privado de forma descentralizada e promova a adaptação à evolução do mercado sem uma dependência direta de decisão Estatal. Por último, as cadeias de valor das infraestruturas de carregamento devem ser simplificadas, agregando as várias funções existentes e permitindo que as redes de carregamento se desenvolvam isoladamente através da implementação de soluções integradas noutros serviços ou produtos, ou através da criação de cadeias próprias. Estas alterações incentivarão o investimento privado no desenvolvimento de soluções de carregamento em escala e na promoção da proliferação de postos de carregamento elétrico baseados na dinâmica do mercado.

SAÚDE E DESPORTO

Na sequência de um contexto sanitário sem precedentes, que evidenciou e exacerbou limitações significativas do sistema de saúde quanto à sua missão basilar de garantir a todos os portugueses acesso universal, efetivo e atempado a cuidados de saúde, a JSD acredita ser crítico encarar o próximo ciclo governativo como um desafio - mas, também, uma oportunidade - sem precedentes para introduzir transformações estruturais fundamentais no SNS e no quadro das políticas de saúde.

A JSD defende, por um lado, uma intervenção planificada e estratégica que permita, a breve trecho, recuperar e reforçar de forma consistente os níveis de acesso dos portugueses a áreas de cuidados muito concretas como a saúde mental, a saúde oral, o rastreio populacional de doenças não transmissíveis (em particular do foro oncológico), a atividade cirúrgica e uma parte significativa da atividade multisetorial levada a cabo pela rede de cuidados de saúde primários, cujas equipas se veem ainda hoje assoberbadas com carga de funções inerentes à resposta COVID. Esta intervenção holística deverá estar, desde logo, alicerçada em dois eixos de ação críticos para o SNS: a transformação digital e a valorização dos seus profissionais. Por outro lado, é igualmente fundamental não negligenciar a componente preventiva da política de saúde, reconhecendo que o seu potencial máximo de ganhos em saúde a médio e longo prazo está inerente a um foco particular nas novas gerações, nomeadamente em matéria de atividade física, literacia em saúde e identificação precoce de perturbações que possam comprometer o pleno desenvolvimento e aprendizagem das nossas crianças e jovens.

Estes são os principais compromissos da JSD na área da Saúde e Desporto:

Implementação de rastreio em várias valências relevantes da saúde infantil e juvenil: Instituir e garantir efetiva cobertura nacional de rastreios à saúde visual, auditiva, oral e de um determinado conjunto de patologias com propensão genética (como a diabetes tipo 1 e a doença celíaca) aos 2, 5 e 15 anos, procurando assim identificar precocemente um conjunto de condições de saúde cada vez mais prevalentes entre os jovens, mitigando assim um impacto significativo quer no seu estado global de saúde a médio e longo prazo, quer nos seus níveis de desenvolvimento e aprendizagem.

Implementação do cheque-psicólogo e reforço da capacidade local de resposta à saúde

mental: A saúde mental tem sido durante anos o parente pobre da política de saúde, sendo que o nosso país apresenta indicadores crónicos altamente alarmantes neste domínio, desde logo o facto de ser o 2º país da UE com maior prevalência de doença mental (tanto na população adulta como abaixo dos 19 anos). Depois de um contexto significativamente agravador deste cenário, é crítico reforçar a capacidade nacional de resposta a esta vertente de cuidados, não podendo o Estado subjugar a imperiosa condição de acesso universal a cuidados de saúde mental à insuficiente agilidade em capacitar a rede do SNS para o efeito. A JSD defende que é urgente garantir acesso pleno a nível nacional a esta tipologia de cuidados, implementando, por um lado, um mecanismo de cobertura financeira a cuidados de psicologia ou psicoterapia em regiões do país em que o SNS não consegue assegurar essa resposta, quer por inexistência de profissionais quer por excessivo tempo de espera para acompanhamento adequado e, por outro, reforçando a rede de psicólogos nas escolas e nos cuidados de saúde primários, orientando para uma atuação preventiva e não apenas reativa.

Implementação de rastreios validados para avaliação mental global e de risco de suicídio em

contexto escolar: Estima-se que 50% das perturbações mentais diagnosticadas na população sejam despoletadas antes dos 14 anos. Quer isto dizer que o universo escolar tem um papel importantíssimo a desempenhar na monitorização e proteção do equilíbrio mental e psíquico dos jovens, devendo para isso estar dotado de ferramentas que promovam essa abordagem proativa. Como base para estimular e sistematizar essa abordagem na rede escolar, a JSD defende a importância de assegurar a existência de mecanismos que permitam identificar antecipadamente situações de risco e descompensação nos jovens, garantindo alinhamento com protocolo de atuação antecipada que preveja o posterior encaminhamento dos rastreios positivos para acompanhamento adequado.

Disponibilização gratuita de produtos de higiene feminina em escolas e universidades:

Reconhecendo o substantivo encargo adicional que estes produtos representam para as jovens mulheres, a JSD defende a universalização da sua dispensa gratuita em estabelecimentos como escolas e universidades, à semelhança do que já acontece na Escócia e Nova Zelândia.

Elaboração e execução de um Plano Extraordinário de Recuperação da Atividade

Assistencial no SNS: Face ao evidente impacto acumulado da resposta à pandemia em muitas outras vertentes assistenciais do SNS, preventivas e resolutivas, é fundamental promover no horizonte dos próximos 2 anos um plano massivo e bem delineado que permita ao sistema de saúde levar a cabo, da forma mais eficiente possível, a recuperação de toda a atividade de rastreio, diagnóstico, acompanhamento e intervenção terapêutica.

Reconfiguração do regime de acesso a cuidados de saúde oral no âmbito do Plano Nacional

de Promoção da Saúde Oral: No quadro da política de saúde, o efetivo e atempado acesso a cuidados de saúde oral persiste enquanto uma das dimensões a que é prioritário dar resposta, por força de esta não ser historicamente uma das valências robustamente incorporadas na rede SNS. Não obstante o impacto importante da figura do cheque-dentista e do recente reforço de recursos humanos para dinamizar esta vertente assistencial a nível dos cuidados de saúde primários, a incapacidade económica é ainda um dos principais obstáculos à procura por cuidados de saúde oral em Portugal. Assim, a JSD considera fundamental alargar o regime de acesso a cheques-dentista a indivíduos ou agregados em condição de insuficiência económica e reconfigurar o regime de reembolso para aquisição e reparação de próteses dentárias (considerar a criação do cheque-prótese).

Mais e Melhor Saúde Digital no SNS: A JSD defenderá a regulação formal dos pressupostos de utilização, interação e financiamento de intervenções no domínio da saúde digital, permitindo: a integração de plataformas de gestão e partilha de dados em saúde entre os vários níveis de cuidados, incluindo componentes relevantes de assistência privada (e.g farmácias); o acesso facilitado por parte dos utentes a informação relevante no âmbito da Literacia em Saúde; a regulamentação e otimização do recurso a ferramentas de telemedicina e e-health no âmbito da prestação de cuidados, com vista à obtenção de melhores resultados em saúde e mais qualidade de vida para os doentes e cidadãos.

Reabilitação urbana orientada para a promoção de atividade física: A JSD defende que se implemente uma estratégia de incentivos, a nível nacional, de reabilitação de espaços ao ar livre ou terrenos inutilizados para a construção de espaços verdes vocacionados para prática de desporto, lazer ou convívio ao ar livre, idealmente impondo no médio-prazo o objetivo de que todos os municípios do país disponham de, pelo menos, um espaço com esta configuração;

Políticas fiscais de incentivo à atividade física nos jovens: A JSD defende que sejam implementados, em modalidade de reembolso ou comparticipação direta, incentivos fiscais mais robustos ao ingresso dos jovens na prática de atividades ou modalidades desportivas.

CULTURA

A JSD nunca aceitará uma visão monolítica ou exclusiva de hegemonia de um campo político sobre a cultura. Neste sentido, eleger a Cultura como uma das nossas bandeiras é um sinal claro que a JSD dá às novas gerações. Connosco, a Cultura tem espaço nas escolhas políticas. A cultura não tem donos.

Desta forma, conseguiremos ultrapassar as visões preconcebidas sobre a nossa ligação ao meio cultural e artístico. Estaremos sempre ao lado dos artistas, dos jovens criadores e agentes culturais.

A cultura deve ser livre, valorizada e alvo de maior investimento por parte do futuro Governo. Acreditamos que é tempo de substituir as políticas de sempre com os maus resultados que se conhecem por políticas ousadas, novas e irreverentes que traduzam uma leitura atual dos nossos tempos e da nossa sociedade.

Estes são os principais compromissos da JSD na área da Cultura:

Estatuto do Artista-Estudante: A proposta da criação de um Estatuto do Artista-Estudante foi uma das principais bandeiras da JSD na área da cultura. No entanto, após a dissolução da Assembleia da República e sem ter sido discutido o Projeto de Resolução apresentado pela JSD, afigura-se como vital reforçar a sua importância na nova legislatura que se avizinha. A JSD pugnará pela sua discussão e concretização, para que o jovem artista-estudante em Portugal veja reconhecida a sua condição.

Redistribuição das verbas para jovens produtores independentes: Nos últimos anos, o número de jovens produtores independentes no mundo cinematográfico tem proliferado, sendo proporcional à qualidade dos conteúdos produzidos, nomeadamente nas curtas-metragens. O cinema português é reconhecido internacionalmente pelos mais respeitados críticos, reconhecimento esse visível nos diversos prémios que tem acumulado. Acontece que a realidade a que temos vindo a assistir nos últimos anos dita que os valores emergentes do cinema, os jovens produtores em ascensão, têm habitualmente ao seu dispor verbas muito residuais para a produção das suas obras cinematográficas. Neste sentido, a JSD defenderá a discussão do modelo em que assenta a distribuição orçamental do ICA, a título de exemplo, através da criação de uma Comissão Parlamentar para o efeito, para que uma parte substancial das verbas orçamentadas seja canalizada para jovens produtores independentes.

Criação de Fundo para proceder ao restauro e reabilitação de obras cinematográficas de grande relevo para a cultura portuguesa: Portugal dispõe de um grandioso espólio cinematográfico, o qual vai desde as primeiras curtas-metragens, à produção dos primeiros documentários com filmagens únicas de vários locais emblemáticos do país e, obviamente, às longas-metragens, de elevado valor cultural contemporâneo. A história do cinema português é especialmente rica e internacionalmente reconhecida porque acompanhou a evolução do cinema, ao mesmo tempo que promovia e divulgava o património histórico e cultural do país, razão pela qual merece similar tratamento, elevado à sua importância na Cultura portuguesa. Em missão de serviço público, a JSD defenderá a criação de um Fundo Público para proceder à recuperação e restauro de obras cinematográficas de grande relevo para a cultura portuguesa, tendo em vista o interesse nacional.

Voucher Cultura para jovens: O acesso à cultura é vital para o desenvolvimento cognitivo e intelectual de um jovem, pelo que qualquer incentivo que o aproxime da cultura será sempre benéfico para o seu crescimento. Sem cultura, não há conhecimento, e é nas gerações mais jovens que devem ser inculcados hábitos enraizados de contacto permanente com a cultura, nos vários domínios. A JSD defenderá a adoção de um projeto piloto, que consistirá na atribuição de um Voucher Cultura, com um montante a definir, para jovens que completem 18 anos, à semelhança da medida recentemente implementada em França. Este seria reivindicado numa app criada para o efeito e através da qual poderiam usufruir do aludido Voucher, no montante disponibilizado, em livros, música, teatro, cinema, exposições e outros eventos culturais, cujo elenco terá de ser posteriormente discutido e definido.

“Portugal Artist Visa” - Visto para artistas e jornalistas freelancer: Inspirado no programa “German Artist Visa” aplicado na cidade de Berlim, esta medida permitirá a autorização temporária de residência em Portugal para jovens artistas e jornalistas, na condição de freelancers (muitos deles com visibilidade e notoriedade), para que possam desenvolver a sua atividade e produzir conteúdos no nosso país, contribuindo, desta feita, para a dinamização cultural, artística e económica das regiões envolventes.

SISTEMA POLÍTICO E TRANSPARÊNCIA

Numa altura em que a credibilidade da classe política foi profundamente abalada por diversos escândalos de corrupção por parte de governantes nacionais no exercício de cargos públicos, os portugueses anseiam - e desesperam - por políticos em que possam confiar. Pessoas íntegras cujo currículo não esteja manchado por associações e interesses duvidosos.

Os portugueses exigem que se reforme o sistema político e lhes devolva a confiança na democracia. O crescimento ininterrupto da abstenção em Portugal é o corolário do desgaste do regime e, subsequentemente, expressão máxima do afastamento dos cidadãos face ao poder político. Não é de espantar que este seja um contexto propício ao florescimento dos múltiplos fenômenos que colocam em causa a democracia: a corrupção, a desinformação e o populismo.

A reforma do sistema político e eleitoral deve ser uma prioridade de um novo Governo e da nova Assembleia da República, pautando-se por uma aproximação dos eleitos aos eleitores. Reformar a política é também garantir uma maior transparência, sem medos e sem populismos baratos, mas visando materializar medidas que potenciem o escrutínio da atividade política.

Estes são os principais compromissos da JSD na área do Sistema Político e Transparência:

Limitação de mandatos para Deputados à Assembleia da República, Vereadores e Membros das Assembleias Municipais: A permanência contínua e ininterrupta em órgãos de soberania impede a necessária rotação e aposta em novos protagonistas. O nosso sistema político está ciente desta necessidade, pelo que consagrou a limitação de mandatos para o Presidente da República e para os Presidentes de Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Todavia, estas limitações ignoraram por completo os órgãos deliberativos, que carecem de igual - ou até superior - renovação. A JSD propõe assim a extensão da limitação de mandatos aos deputados à Assembleia da República e aos membros das Assembleias Municipais. É igualmente incoerente limitar os mandatos do Presidente do executivo Camarário, ignorando os restantes membros dos executivos. Propomos igualmente a limitação dos mandatos a Vereadores Municipais.

Círculos uninominais com círculo nacional de compensação: A JSD defende uma reforma eleitoral que contemple um modelo misto, próximo do modelo eleitoral alemão. Sem menosprezar a proporcionalidade do sistema eleitoral, segundo o método de Hondt, propomos a criação de círculos uninominais conjugados com um círculo nacional de compensação. Neste sistema, cada eleitor dispõe de dois votos no seu boletim: com o primeiro, escolhe a lista partidária que prefere, de entre as apresentadas no círculo nacional, que determinará quantos mandatos são atribuídos a cada partido. Com o segundo, cada eleitor escolhe o seu deputado, de entre os candidatos no seu círculo uninominal.

Implementação do Voto Eletrónico: A JSD entende este mecanismo como um instrumento eficaz para facilitação do direito de voto e ferramenta de combate à abstenção. A adoção do voto eletrónico terá de permitir o exercício do direito de voto em qualquer secção de voto eletrónico do país. Deverá ainda aumentar a celeridade dos processos eleitorais, inibir a existência de votos nulos, publicitar de forma instantânea os resultados provisórios, poupar papel e diminuir os custos associados aos atos eleitorais. Por forma a alcançar estes objetivos em segurança, defendemos medidas técnicas e organizativas rigorosas e testadas que assegurem a confidencialidade do sentido de voto.

“Pegada Legislativa do Governo”: A JSD defende a publicação, no site do Governo, da tramitação de todo o procedimento legislativo do executivo, nomeadamente a divulgação de pareceres solicitados durante a produção legislativa, para conhecimento público dos autores, dos membros do Governo que solicitaram o parecer e do preço pago pelo mesmo. Esta é uma medida que vem sendo defendida também pela associação *Transparência e Integridade Portugal*.

Regulamentação do Lobbying: A JSD continua a defender a implementação desta proposta com o intuito de aumentar a transparência e evitar que o lobby secreto continue a ser uma realidade. Contudo, apenas aceitamos que esta prática seja implementada com condições estritas e rigorosas. O registo dos lobistas deve ser obrigatório. A lei da transparência deve definir de forma clara quem se pode registar. Ademais, devem ser apresentados relatórios periódicos dos quais constem as reuniões tidas, os deputados intervenientes e a proposta legislativa em causa.

Transparência nos atos do Governo: A JSD defende a divulgação pública dos pedidos de escusa por parte de membros do governo em processos de decisão devido a conflitos de interesse dos próprios na matéria em causa, em modo acessível, online, gratuito, integral e atualizado. Esta é uma medida que vem sendo defendida também pela associação *Transparência e Integridade Portugal*.

COESÃO TERRITORIAL

Nas últimas décadas, tem-se concentrado o desenvolvimento económico nacional no litoral, deixando as regiões do interior e ilhas em situação desfavorecida, em crescente desertificação e abandono. Os resultados preliminares do recenseamento geral da população, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstraram que se acentuou o padrão de litoralização, sendo que o próprio INE conclui que na última década “reforçou o movimento de concentração da população junto da capital” no nosso país.

Só haverá desenvolvimento económico e social sustentável do país, se o desenvolvimento chegar a todos os portugueses e a todos os territórios do nosso país. É urgente inverter o ciclo atual e caminhar na construção de um “Portugal por inteiro”. A JSD não aceita fatalismos ou a gestão do declínio, mas sim, apresentamos as nossas ideias e os nossos contributos para garantir que o país é mais coeso. Defendemos um país em que o local onde nascemos, vivemos, estudamos ou trabalhamos não nos limita.

Estes são os principais compromissos da JSD na área da Coesão Territorial:

Deslocalização faseada de organismos públicos para territórios de baixa densidade: Para inverter a tendência das últimas décadas, urge uma nova política de coesão territorial para Portugal, incluindo a aplicação eficiente dos fundos europeus. Neste sentido, a JSD sustentará a alteração do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019), de forma a permitir o aumento da discriminação positiva nas políticas públicas a favor dos territórios de baixa densidade, fortalecendo o investimento produtivo no interior e concebendo novas formas de descentralização administrativa que maximizem a partilha de sinergias entre serviços públicos centrais, regionais e municipais.

Segundo a OCDE, Portugal é dos países que mais recursos públicos consome na administração central e menos no local, resultado de um modelo ineficiente, com competências pulverizadas, que não apresenta correspondência com as realidades territoriais efetivas e que funcionam descoordenadamente, carecendo de legitimação política. Não servem, pois, o propósito de desenvolvimento harmonioso e integrado para as regiões. Defendemos uma distribuição mais justa e racional dos institutos públicos, por forma a equilibrar as sinergias políticas nacionais.

A JSD defende que uma grande parte dos organismos e institutos públicos devam estar sediados fora dos grandes centros metropolitanos de Lisboa e Porto, materializando esta intenção com criação de um programa faseado de migração dos organismos públicos atualmente localizados em Lisboa para territórios de baixa densidade, não de uma forma atabalhoada, como o atual Governo pretendeu fazer com o INFARMED, colocando os trabalhadores contra a mudança, mas de uma forma organizada e faseada.

Rede de internet de alta velocidade em todo o território nacional: Segundo a ANACOM, Portugal ocupa uma posição bem abaixo da média europeia no que concerne à taxa de cobertura de banda larga móvel, sendo que partes significativas do território têm um deficiente ou escasso acesso a dados móveis. No caso da banda larga fixa, os dados, ainda que positivos, demonstram que ainda existe uma fatia do território segregada do acesso a velocidades rápidas, essenciais no acompanhamento do desenvolvimento tecnológico e, com este, das novas formas de trabalho. A JSD defende a implementação de uma rede de internet 5G que consiga oferecer internet de alta velocidade a um preço acessível em todo o território nacional e que seja uma alavanca que possa ser utilizada por empresas e startups para desenvolverem a sua atividade. Este investimento permitirá aumentar drasticamente a competitividade no interior e garantir conectividade digital a muitos portugueses que hoje estão a ser excluídos da transição digital.

Plano Estratégico para o investimento no interior do país: As graves assimetrias observadas entre o litoral e o interior do País tornam necessárias fortes medidas de coesão territorial. Numa faixa de 50 quilómetros marcada a partir do oceano vivem 70% dos portugueses. As áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa agrupam 45% da população. Para criar condições que permitam combater a despovoação e promover um Portugal por inteiro, é necessário aumentar o volume de investimento externo no interior do País. Neste sentido, a JSD defende a elaboração de um plano estratégico que identifique os pontos-chave e as ações a tomar para que o investimento externo seja maior nos territórios de baixa densidade, melhorando a atratividade económica dos mesmos e potenciando a coesão territorial.

Criação de uma rede nacional de espaços Coworking: A JSD defenderá a criação de uma Rede Nacional de Espaços Coworking, focada sobretudo nas zonas do interior do país e dos territórios de baixa densidade, com vocação para jovens que trabalham remotamente. São evidentes as potencialidades a explorar na dinamização do interior rural e dos territórios de baixa densidade como oportunidade de desenvolvimento da economia local, da recuperação do mercado imobiliário, da inversão do inverno demográfico e da capacitação no know-how digital, fulcral no salto tecnológico que vivemos.

AGARRA

○ FUTURO

LEGISLATIVAS 2022

